

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0371-02/09 à 06/09/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[TST recebe contribuições para julgamento sobre dissídio coletivo em que uma das partes não quer negociar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/09/2024

O ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho, abriu prazo de 15 dias úteis para que partes, pessoas, órgãos e entidades interessadas possam se manifestar sobre a validade da regra que exige o comum acordo para dissídios coletivos mesmo quando uma das partes se recusa a negociar. O tema é objeto de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), e a tese a ser aprovada no julgamento do mérito deverá ser aplicada a todos os casos que tratem da mesma matéria.

O [edital foi publicado na terça-feira \(3\)](#), e o prazo é contado a partir dessa data. Ele vale também para pedidos de participação no julgamento na condição de amicus curiae. Nessa circunstância, a pessoa ou entidade admitida pelo relator pode manifestar seus pontos de vista oralmente na sessão, ainda que não seja parte do processo.

Constituição exige comum acordo

De acordo com o artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal, quando uma das partes se recusa a participar de negociação ou arbitragem, as duas podem, de comum acordo, ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica - que visa, entre outros aspectos, definir reajustes salariais. A expressão “de comum acordo” foi introduzida pela Emenda Constitucional 45/2004 (Reforma do Judiciário). Até então, não havia essa exigência.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados reunirá ministros de tribunais superiores em Brasília](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/09/2024

O Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) promovem, nesta segunda (9) e terça (10), o VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados: Construção Cooperativa do Sistema de Precedentes. O evento será na sede do TST, em Brasília, e as inscrições devem ser feitas por meio deste [formulário](#).

[Presidente do STF ressalta papel das ações coletivas para resolver problemas estruturais](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/09/2024

Na abertura da “I Jornada de Boas Práticas em Tutelas Coletivas”, nesta segunda-feira (2), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que a tutela coletiva é um instrumento importante para enfrentar uma “verdadeira epidemia” de judicialização no Brasil. Segundo ele, esse mecanismo jurídico, que defende interesses de grupos, categorias e classes específicas, é uma das ferramentas da Justiça, em especial quando se trata de questões estruturais.

[Acordos em centro de conciliação no TST já movimentaram quase R\\$ 1 bilhão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/09/2024

Criado em fevereiro de 2023, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (Cejusc/TST) já movimentou R\$ 978,6

milhões em acordos. Os dados foram apresentados na tarde desta quinta-feira (5), na reunião da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação da Justiça do Trabalho (Conaproc).

[Capacitismo e acessibilidade são o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/09/2024

O Tema do Mês de setembro da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “[Capacitismo e Acessibilidade](#)”. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, e-books, teses e dissertações sobre a matéria.

[Empresa não terá de indenizar 44 empregados dispensados de uma vez](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Intercement Brasil S.A. de pagar indenização a 44 empregados dispensados coletivamente. O colegiado acolheu embargos da empresa e reformou sua própria decisão anterior, em razão de entendimento vinculante firmado pelo Supremo Tribunal Federal. Embora afastando a condenação, foi mantida a determinação de que a empresa não promova nova dispensa coletiva sem a participação prévia do sindicato.

[Últimos dias para incluir seu processo na Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2024

A Justiça do Trabalho promoverá, de 16 a 20 de setembro, a 14ª Semana Nacional da Execução Trabalhista. Com o slogan “Seu Direito Vale o Ouro”, o mutirão tem como principal objetivo solucionar o maior número de processos que estão na fase de execução e aguardam o pagamento do que foi já definido pela Justiça.

[Hiperjudicialização é tema de destaque na I Jornada de Boas Práticas em Tutelas Coletivas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/09/2024

O Tribunal Superior do Trabalho sediou, nesta segunda e terça-feira (3 e 4), a I Jorna-

da de Boas Práticas em Tutelas Coletivas. O objetivo é promover a troca de conhecimentos sobre temas como meio ambiente, consumo, proteção ao patrimônio público e prevenção de desastres entre integrantes do Judiciário e do Ministério Público, especialistas, juristas, professores e estudantes. A promoção é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Fórum Nacional de Ações Coletivas (Fonacol), o TST e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

[Sindicato de bancários não terá de pagar honorários em ação perdida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/09/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo de pagar honorários advocatícios numa ação contra o Banco Santander (Brasil) S.A. em que seus pedidos foram rejeitados. O colegiado destacou que, de acordo com o entendimento do TST, o sindicato que atua na condição de substituto processual (em que defende os direitos da categoria) só pode ser condenado a pagar os chamados honorários de sucumbência (devidos pela parte perdedora à parte vencedora) se for comprovada má-fé.

[Maquinista incapacitado para função por doença psiquiátrica tem direito a pensão integral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/09/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Vale S.A. a pagar pensão vitalícia a um maquinista que ficou incapacitado para a função depois de acidentes de trem. Segundo o colegiado, o fato de ele poder exercer outra atividade compatível com seu quadro de saúde não exclui a obrigação de indenizar.

[Julgamentos que envolvam trabalho infantil devem garantir proteção integral a crianças e adolescentes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/09/2024

A Justiça do Trabalho lançou recentemente três protocolos de julgamento que propõem uma visão mais ampla e contextualizada no tratamento de temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil. A proposta é que a magistratura avalie os direitos levando em consideração as especificidades de grupos historicamente estigmatizados, corrigindo omissões e tratamentos inadequados das leis.

Notícias do Executivo

[MTE resgata 15 trabalhadores de condições análogas à escravidão em Goiânia \(GO\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 06/09/2024

Uma operação conjunta de combate ao trabalho análogo à escravidão ocorrida nesta sexta-feira (6) em Goiânia (GO) resultou no resgate de 15 trabalhadores que prestavam serviços para uma grande construtora de prédios residenciais de alto padrão na cidade. Os trabalhadores não recebiam a remuneração prometida e estavam em condições degradantes que levou à situação de fome.

[Abertas as inscrições para o Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 06/09/2024

Estão abertas as inscrições para o Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional, que será realizado virtualmente no dia 10 de setembro, das 14h às 18h, com transmissão ao vivo pelo canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT) no YouTube. Organizado em parceria pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Justiça do Trabalho, o evento é voltado para o público em geral.

[MTE celebra parceria com 20 organizações para qualificação profissional de 15 mil trabalhadores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 06/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), celebrará na próxima segunda-feira (9), às 15h, parceria com 20 Organizações da Sociedade Civil (OSC) para qualificar 15 mil

trabalhadores em todo o país. Essa iniciativa faz parte do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ), já executado pelos institutos federais, universidades federais e pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). As OSC foram selecionadas pelo edital de chamamento público nº 04/2024, de 10 de abril.

[Ministério do Trabalho e Emprego debate avanços e desafios da inteligência artificial no mundo do trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/09/2024

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) e as iniciativas de outros países para mensurar os impactos dessa tecnologia foram os temas centrais da segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre IA, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O debate aconteceu na última quinta-feira (29), na sede do órgão em Brasília, reunindo representantes da área acadêmica e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que vieram apresentar o PBIA.

[Melhoria das condições de trabalho é tema de reunião do ministro Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/09/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu na manhã desta terça-feira o diretor de Relações Trabalhistas da Vale, André Teixeira, em Brasília (DF). O encontro foi centrado em discussões sobre a melhoria das condições de trabalho no Brasil e o fortalecimento das relações sindicais, temas prioritários para o governo.

[MTE resgata 21 trabalhadores em condições análogas à escravidão em obras de conjunto habitacional no interior de Goiás](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Fiscalização de Trabalho, resgatou 21 trabalhadores em condições análogas à escravidão em um canteiro de obras em Serranópolis, Goiás. As unidades habitacionais estavam sendo construídas por uma empresa terceirizada de construção civil. A operação, realizada de 28 a 31 de agosto, contou com a colaboração do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Polícia Federal (PF).

[Mais de 50 mil empresas devem publicar Relatório de Transparência Salarial entre mulheres e homens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/09/2024

Até o dia 31 de agosto, 31.936 empresas com 100 ou mais funcionários enviaram o Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios pelo site do Emprega Brasil. Com base na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2023, o Brasil possui cerca de 52 mil empresas desse porte. Independente do envio dos dados complementares, todas as empresas devem publicar o documento. A partir de 16 de setembro, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) produzirá os relatórios que serão disponibilizados pelo portal Emprega Brasil.

[Projeto de emprego apoiado para PCD é apresentado ao ministro Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/09/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu na tarde de quarta-feira (29), em audiência virtual, o deputado estadual Teonilio Barba, o presidente da Associação Brasileira de Emprego Apoiado (ABEA) e diretor do Instituto de Tecnologia Social (ITS), Sebastião Ismael de Sousa, o professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Jesus Carlos Delgado Garcia, a diretora do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Andréia Soraya, e a gerente-executiva do ITS, Edilene Luciana Oliveira do Nascimento. Durante o encontro, foi apresentado o projeto de emprego apoiado voltado para a inserção e retenção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal no estado de São Paulo.

[Setembro Amarelo e a saúde mental dos trabalhadores](#)

Fundacentro - 04/09/2024

O Setembro Amarelo é uma campanha fundamental para a conscientização e prevenção do suicídio, e sua relevância no mundo do trabalho é cada vez mais reconhecida. Este mês tem como objetivo romper o silêncio em torno do suicídio, promovendo diálogos abertos sobre saúde mental e incentivando a busca por ajuda.

[Artigos destacam impactos do registro inadequado da ocupação profissional em estudos epidemiológicos](#)

Fundacentro - 02/09/2024

As bases de dados sobre adoecimentos e mortalidade são uma das fontes mais importantes de coleta para estudos epidemiológicos. São dados que também embasam a formulação de políticas públicas e a gestão de vigilância em saúde, inclusive de trabalhadores. Apesar da relevância, muitas vezes, essas bases não apresentam todas as informações necessárias ou as apresentam de forma incompleta. Essa deficiência impacta a tomada de decisão em todos os níveis de gestão do sistema de saúde, tornando-se um problema de saúde pública.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT em Mato Grosso realiza a primeira edição estadual do Reconecta](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/09/2024

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) promoveu, na última segunda-feira (2), a primeira edição estadual da Conferência e Exposição de Inclusão & Acessibilidade (Reconecta). O evento, conduzido pela Coordenadoria Regional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), ocorreu presencialmente no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região (PRT23), em Cuiabá, com transmissão pelo Teams.

[MPT-PE participará do Seminário Nacional da Aprendizagem de 2024](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) esteve presente na última terça-feira (3) em reunião para discutir sobre a Semana Nacional de Aprendizagem, promovida pelo Fórum Pernambucano de Aprendizagem Profissional (FORAP). O evento contará com uma apresentação especial do quinteto da Orquestra da Ação Social pela Música do Brasil (OAF).

[MPT começa a receber denúncias de assédio eleitoral no interior de São Paulo](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas (SP) começou a receber denúncias de assédio eleitoral contra empresas e instituições do setor público localizadas no interior de São Paulo. A expectativa é que haja um aumento em relação às

eleições de 2022, quando foram recebidas 277 denúncias, em uma área que abrange 599 municípios.

[MPT-SE participa de evento preparatório para a Semana Nacional da Execução Trabalhista](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2024

De 16 a 20 de setembro, será realizada a 14ª edição da Semana Nacional de Execução Trabalhista. Com o slogan “Seu Direito vale o Ouro”, o objetivo é incentivar a conciliação. Como etapa preparatória para esse período estratégico, foi realizada uma roda de conversa nesta terça-feira (3/9), na Escola Judicial (Ejud-20), no Complexo da Justiça do Trabalho em Sergipe.

[MPT viabiliza exames médicos para vítimas do amianto no sudoeste baiano](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2024

Cerca de 450 pessoas, entre familiares e ex-empregados da mina de amianto que foi explorada pela empresa Sama no município de Bom Jesus da Serra, sudoeste baiano, estão passando por exames de saúde esta semana, com o objetivo de identificar eventuais sinais de câncer decorrente da exposição prolongada ao agente químico.

[Após pedido do MPT, Justiça condena Estado e construtoras por morte de trabalhador em obra](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/09/2024

A Juíza do Trabalho, Regina Coelli Batista, emitiu sentença condenando o Governo do Estado e duas empresas no ramo da construção pela morte de um trabalhador após uma queda em uma obra de reforma e ampliação de uma escola estadual em Redenção do Gurgueia. A decisão, proferida em ação civil pública, vem após um pedido do Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI) que sustentou que a morte do trabalhador aconteceu por descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho. Ainda cabe recurso.

[Centrais Sindicais lançam campanha de combate ao assédio eleitoral com apoio do MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/09/2024

Com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), as Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Intersindical e Pública lançaram a campanha contra o Assédio Eleitoral nas Relações de Trabalho nesta terça-feira (03). O objetivo é conscientizar trabalhadoras e trabalhadores sobre o direito a total liberdade de escolha no momento do voto.

[MPT prorroga prazo para seleção de artigos para livro sobre direito coletivo do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/09/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) prorrogou até 30 de setembro, o prazo para envio de artigos sobre direito coletivo do trabalho que serão publicados no Livro de Direito Coletivo do Trabalho, em homenagem aos 15 anos da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis). Os artigos podem ser enviados o e-mail mpt.conalis@mpt.mp.br.

Outras Notícias

[TRT-2 estipula indenização de R\\$ 25 mil por assédio moral que causou quadro de depressão](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2024

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) condenou duas empresas a indenizar uma empregada em R\$ 25 mil por assédio moral. O valor representa um aumento com relação à decisão de primeira instância, que havia fixado R\$ 20 mil.

[STF vai reiniciar julgamento sobre destino de condenações trabalhistas por danos coletivos](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2024

Um pedido de destaque do ministro Dias Toffoli interrompeu na sexta-feira (6/9) o julgamento no qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidirá se mantém a decisão do ministro Flávio Dino que ordenou o direcionamento de valores de condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos morais coletivos para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[Supremo retoma julgamento em que discute validade do contrato de trabalho intermitente](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2024

O Plenário do Supremo Tribunal Federal retomou na sexta-feira (6/9) o julgamento que decidirá se o contrato de trabalho intermitente, criado pela reforma trabalhista de 2017, é constitucional ou não. A corte analisa três ações que questionam essa modalidade de contratação.

[Cresce número de processos de demissão por discriminação](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2024

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo no número de ações judiciais movidas por trabalhadores demitidos em decorrência de discriminação dentro das empresas no Brasil. Para compreender as razões desse crescimento, é importante conhecer o conceito de dispensa discriminatória e o cenário social de nosso país.

[Empregado com câncer deve continuar em home office, diz TRT-9](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2024

Cabe ao empregador adotar todas as medidas voltadas à proteção do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador, que não pode ser submetido a uma atividade que o deixe exposto a riscos desnecessários e altamente prejudiciais à sua condição clínica. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) determinou que os Correios mantenham em regime de home office um empregado portador de câncer no pulmão e acometido por metástase.

[Reflexos da terceirização no ajuizamento de reclamações no STF](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2024

Analisando os recentes julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal acerca de terceirização, é possível identificar a reverberação de suas razões de decidir na flexibilização dos critérios para admissibilidade das reclamações constitucionais. Notadamente, verifica-se um alargamento para admissibilidade de reclamações envolvendo a possibilidade de contratação de pessoa jurídica unipessoal para a prestação de serviços, sem a necessidade de estabelecimento de vínculos empregatícios.

[Direitos indisponíveis e confissão ficta do empregado no processo do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 06/09/2024

O inciso I da Súmula 74 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) merece alguma reflexão nos casos de confissão de fatos ligados a direitos indisponíveis do empregado. Com efeito, diz o verbete que “se aplica a confissão ficta à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento,

na qual deveria depor”.

[Proteção legal do meio ambiente do trabalho nas normas penais](#)

Consultor Jurídico - 06/09/2024

O não cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho pode levar a acidentes de trabalho e caracterizar os crimes de homicídio, de lesões corporais ou de perigo comum, previstos, respectivamente, nos artigos 121, 129 e 132 do Código Penal brasileiro, por conduta dolosa ou culposa do empregador ou dos responsáveis pela segurança dos trabalhadores.

[Cobertura trabalhista e previdenciária no seguro-garantia: oportunidade esquecida](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2024

Foi com a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, que um produto promissor começou a ser comercializado pelas seguradoras que trabalham com seguro-garantia: a cobertura adicional para ações trabalhistas e previdenciárias. A cobertura previa a indenização dos prejuízos relacionados às obrigações trabalhistas do tomador (empresa contratada), nas quais o segurado (geralmente um ente da administração pública) fosse condenado subsidiariamente por sentença transitada em julgado.

[Nulidade de norma que regulamenta adicional de periculosidade para motociclista](#)

Consultor Jurídico - 04/09/2024

A previsão legal do pagamento do adicional de periculosidade aos empregados que se utilizam de motocicleta no decorrer de suas atividades laborais foi incluída na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) pela Lei nº 12.997/2014. Assim, o parágrafo 4º do artigo 193 da CLT dispõe expressamente que “são consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta”. Contudo, o enunciado do mesmo artigo condiciona o enquadramento das atividades laborais como perigosas à regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

[Contrato de prestação de serviço, por si, não afasta vínculo, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 03/09/2024

O controle de jornada de prestador de serviço e a sua submissão a diretrizes estabelecidas pelo empregador caracteriza vínculo empregatício. Esse foi o entendimento da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao dar provimento a agravo de instrumento e reconhecer o vínculo empregatício de uma faxineira que prestou serviços para a mesma empresa durante 12 anos como pessoa jurídica.

[Professor que sofreu acidente a caminho do trabalho não receberá auxílio](#)

Migalhas - 07/09/2024

A turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª região definiu que um professor segurado do INSS, vítima de um acidente de trânsito em outubro de 1994, não tem direito a receber o auxílio-acidente. O entendimento baseou-se no fato de que o acidente em questão não se caracterizou como acidente de trabalho e ocorreu antes da entrada em vigor da lei 9.032/95, que passou a considerar os acidentes de qualquer natureza como riscos sociais cobertos pelo RGPS.

[STF volta a julgar validade de contrato de trabalho intermitente](#)

Migalhas - 06/09/2024

No plenário virtual, STF retoma julgamento de três ações que questionam a validade dos contratos intermitentes de trabalho, introduzidos pela reforma trabalhista (lei 13.467/17). Nesse tipo de contrato, o trabalho não é contínuo, com períodos alternados de prestação de serviços e de inatividade. Ou seja, o trabalhador é chamado quando houver demanda por parte do empregador.

[TST valida norma coletiva que exige comunicação de pré-aposentadoria](#)

Migalhas - 05/09/2024

A 5ª turma do TST reconheceu a validade da dispensa de um empregado que se encontrava em período de pré-aposentadoria, mas não havia comunicado formalmente a condição ao empregador, como previsto em norma coletiva. O colegiado baseou-se em entendimento consolidado pelo STF no Tema 1.046, que traz novos contornos à interpretação das convenções e acordos coletivos de trabalho, privilegiando a vontade das partes em negociações.

[TRT-3: Seguradora indenizará funcionária cega chamada de “piratinha”](#)

Migalhas - 05/09/2024

Companhia de seguros sediada em Belo Horizonte/MG indenizar, em R\$ 15 mil, ex-funcionária cega de um olho apelidada de “piratinha”. O tratamento desrespeitoso direcionado à trabalhadora no ambiente laboral foi reconhecido pela 8ª turma do TRT da 3ª região que, no entanto, reduziu a indenização devida à trabalhadora.

[Empresa indenizará em R\\$ 20 mil empregado vítima de racismo recreativo](#)

Migalhas - 04/09/2024

A 9ª câmara do TRT da 15ª região determinou que empresa pague indenização por danos morais em R\$ 20 mil a empregado que, no ambiente laboral, foi alvo de atos considerados como racismo recreativo. Colegiado concluiu que empregadora tinha ciência da prática e não tomou providências para impedi-lá.

[TRT-2 aumenta indenização a idosa deficiente auditiva humilhada no trabalho](#)

Migalhas - 03/09/2024

Ex-funcionária idosa com deficiência auditiva grave será indenizada após sofrer humilhação no ambiente de trabalho. Decisão é da 8ª turma do TRT da 2ª região que majorou indenização por danos morais à empregada. No caso, a ex-funcionária ajuizou a ação alegando que, apesar de sua deficiência auditiva, a empresa não promoveu as adaptações razoáveis em seu ambiente laboral.

[Participação global da renda do trabalho cai, aumentando as desigualdades e colocando em risco o cumprimento das metas dos ODS](#)

Organização Internacional do Trabalho - 04/09/2024

No recém-lançado relatório Perspectiva Mundial do Emprego e Social: Atualização de Setembro de 2024 ([World Employment and Social Outlook: September 2024 Update](#)), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constata uma pressão crescente sobre a desigualdade, à medida que a participação da renda do trabalho está estagnada e uma grande parcela de jovens permanece sem trabalho, educação ou treinamento.

[Setembro Amarelo inicia com sensibilização nas obras](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/09/2024

Setembro Amarelo já é conhecido como o mês de prevenção ao suicídio e de valorização da vida. Nesse sentido, o Serviço Social da Indústria da Construção Civil do DF (Seconci-DF) inicia campanha de palestras de sensibilização nos canteiros para falar sobre o assunto com os trabalhadores da construção. Cerca de 2.500 trabalhadores serão alcançados pela campanha do Seconci.

[Higiene ocupacional: o que é, importância e como implementar](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/09/2024

A higiene ocupacional representa um conjunto de práticas e medidas destinadas a antecipar, reconhecer, avaliar e controlar os riscos ambientais que possam comprometer a saúde e o bem-estar dos trabalhadores durante o exercício de suas atividades laborais, promovendo a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho.

[Governo permite uso de contêiner nas áreas de vivência sob condições](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria 1.420, revogou o item 18.17.2 da Norma Regulamentadora (NR) 18 – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, que proibia a reutilização de contêineres utilizados para transporte de cargas em áreas de vivência.

Atos Normativos

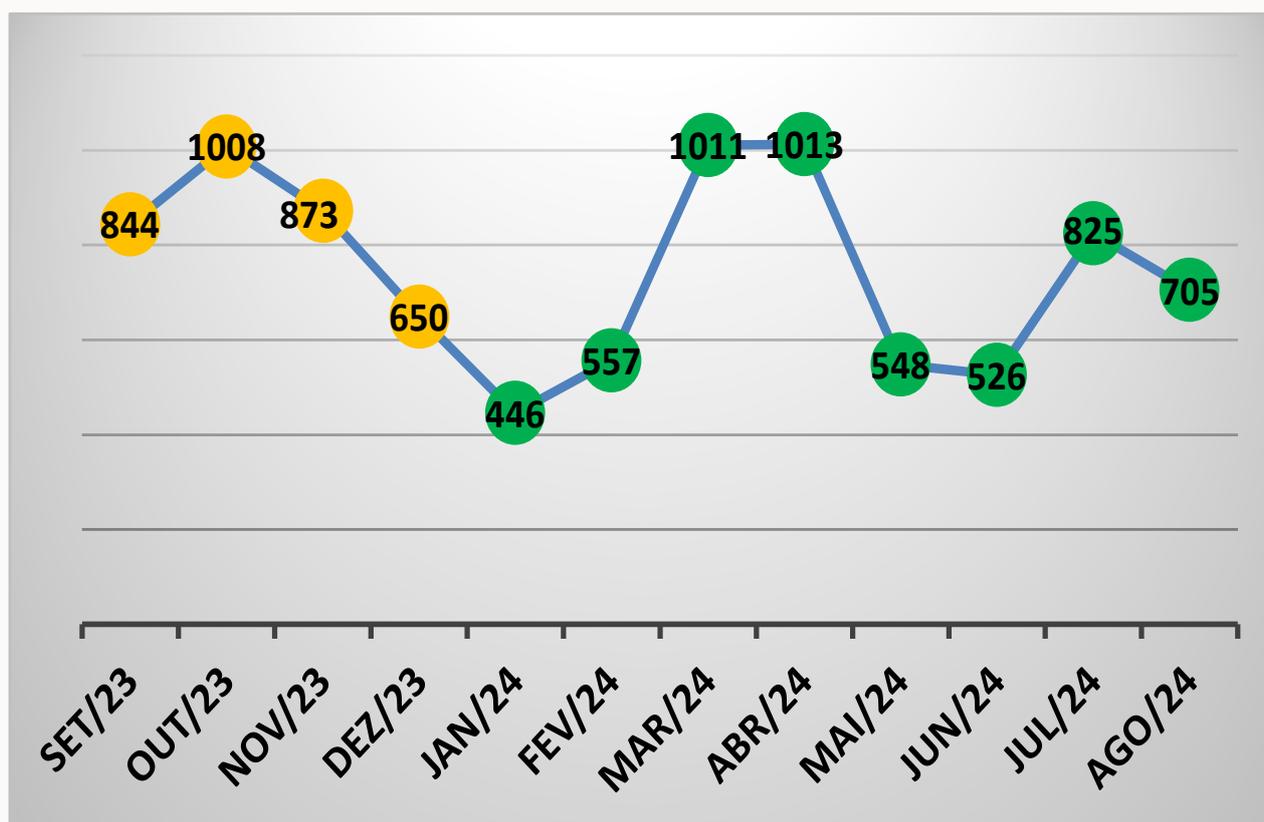
[PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 49, DE 30 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 02/09/2024, Seção I Pág. 141) - Disciplina a operacionalização do pedido de prorrogação de benefícios por incapacidade temporária;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 06/09/2024 Seção III Pág. 186) - Submete à consulta pública novo texto da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, especialmente no que tange ao Capítulo I, Anexo I, Anexo III e Anexo III-A. O texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/participamaisbrasil/altera-2024-portaria-mtp-672-2021>. A consulta ficará disponível por 45 (quarenta e cinco) dias e as contribuições deverão ser realizadas diretamente na plataforma disponível no endereço indicado. Dúvidas quanto à participação na consulta pública devem ser enviadas para o correio eletrônico epi.sit@trabalho.gov.br.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula